

CORREIO ECONÔMICO

POR MARCELLO SIGWALT

Albino Oliveira - Ascom SEAD



Medida permite renegociar dívidas devido à estiagem

CMN prorroga operações de crédito rural por conta da seca

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou nesta quinta-feira (29), a prorrogação das operações de crédito rural de custeio contratadas por produtores rurais com recursos equalizados pelo Tesouro. A medida consta da Resolução 5.220/2025. A resolução permite a renegociação de dívidas de produtores rurais prejudicados pela seca na safra atual, incluindo aqueles

do Rio Grande do Sul. A medida amplia a renegociação, permitida hoje para pequenos produtores, para médios e demais produtores.

Pela resolução, o CMN autoriza as instituições financeiras renegociarem os financiamentos de custeio contratados por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) e para demais produtores.

Pronamp

A Fazenda pontua que “o CMN, pelos prejuízos dos produtores rurais gaúchos com a estiagem, nos primeiros meses de 2025, autorizou as instituições financeiras a renegociarem as operações de crédito rural de custeio contratado ao Pronamp e pelos demais produtores rurais”.

Inadimplência

“Essa regra contribui para evitar que a incapacidade de pagamento dos produtores rurais, pela frustração de safra ou perda de receita potencialize a inadimplência, mas não é prorrogação automática dos vencimentos das operações de crédito”, conclui a Fazenda.



Bitcoinblock

Piora na relação EUA-China ‘azedou’ a criptomoeda

Deterioração EUA-China força recuo do bitcoin

O bitcoin recuou na sexta-feira (30), em meio à piora nas relações comerciais entre EUA e China, mesmo diante de avanços regulatórios relevantes para o setor cripto no país ianque.

ÀS 15h25, a criptomoeda caía 1,15%, cotada a US\$ 104.706,72, com perda semanal de 6,60%. Já o Ethereum operava em queda

de 2,44%, a US\$ 2.577,64, com recuo semanal de 2,70%, segundo dados da Binance.

“O mercado de bitcoin foi sacudido por uma forte onda de liquidações: mais de US\$ 600 milhões em posições compradas (longs) foram eliminadas em 24 horas, devido à volatilidade”, afirmou Alejandro Arrieche, da FxEmpire.

Violação

A tensão entre Washington e Pequim aumentou após o presidente dos EUA, Donald Trump, acusar a China de violar o acordo de trégua tarifária. Investidores reagem à possibilidade de novas restrições ao setor de tecnologia chinês por parte do governo americano.

Caixa

Concebida para facilitar financiamentos de até R\$ 350 mil, a Caixa acaba de lançar uma nova modalidade de crédito imobiliário, que integra o programa ‘Apoio à Produção’, que utiliza recursos livres do banco, voltados à construção civil que atuam no segmento de moradias acessíveis.

Ambiente

A queda ocorre, mesmo diante de avanços regulatórios e a melhora do ambiente para criptomoedas nos EUA. Entre os destaques estão o arquivamento do processo da SEC contra a Binance, o anúncio da Trump Media sobre a criação de uma reserva em bitcoin de US\$ 2,32 bilhões

Compromisso

O diretor-executivo de Habitação da Caixa, Roberto Ceratto, assinalou que “a Caixa reafirma seu compromisso com o desenvolvimento social e o acesso à moradia para famílias de baixa renda, por meio de uma nova modalidade de crédito que facilita a conquista da casa própria”.

Moody’s rebaixa nota do país ante a ‘vulnerabilidade fiscal’

Agência observa que houve ‘lentidão’ na adoção das reformas fiscais

Divulgação Moody's

Por Marcello Sigwalt

Piora na capacidade do Brasil de sustentar sua dívida, devido ao aumento dos custos de financiamento e a rigidez nos gastos públicos.

Sob esse argumento, a Moody’s Ratings alterou nesta sexta-feira (30), a perspectiva para a avaliação do governo brasileiro, que caiu de positiva a estável, embora tenha sido mantida a nota Ba1 para dívidas em moeda local e estrangeira, além dos títulos seniores. Para reforçar a decisão, a agência sustentou que, apesar do cumprimento das metas de resultado primário, o avanço nas reformas fiscais teve a marca da lentidão.

“O Brasil tem um perfil de dívida sensível à elevação dos juros, que, junto com a rigidez dos gastos, limita o espaço para cortes adicionais e complica o controle da trajetória da dívida pública”, informou a Moody’s, ao atestar que a gestão petista tem a marca da ‘vulnerabilidade fiscal’.

Ao mesmo tempo, a Moody’s admitiu que o crescimento



Para o rebaixamento, pesou a piora na capacidade do Brasil de sustentar sua dívida

econômico de 3% ao ano, com base em uma economia diversificada e reformas estruturais, demonstram ‘resiliência do país frente a choques externos’.

Em contraponto, a Moody’s aponta que a dívida pública projetada deve se estabilizar em torno de 88% do PIB nos próximos cinco anos, um aumento frente a 82% es-

timados em outubro de 2024, impelido por pagamentos de juros, que devem consumir até 21% da receita em 2025, ante 15% em 2023.

Mesmo reconhecendo o mérito de ‘mudanças na estrutura da dívida’ — como o aumento gradual da participação de títulos prefixados e atrelados à inflação, além do alonga-

mento do prazo médio - para a melhoria do ‘manejo de riscos’, a agência Moody’s prevê “que seus efeitos serão lentos”.

Apesar do avanço das reformas fiscais, pela redução de vinculações de receitas e revisão da correção automática de benefícios sociais, a agência entende que o governo deveria reduzir as incertezas fiscais.

Vem aí a bandeira vermelha em junho

Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) informou, nessa sexta-feira (30), o acionamento da bandeira vermelha, no patamar 1, para o mês de junho de 2025, indicando aumento no custo da energia para os consumidores.

Isso significa que as contas de energia elétrica terão cobrança adicional de R\$ 4,46 (quatro reais e quarenta e seis centavos) a cada 100 kW/h (quilowatt-hora) consumidos.

Diante do cenário de afluições abaixo da média em todo o país indicado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), projeta-se uma redução da geração hidrelétrica em relação ao mês anterior, com um aumento nos custos de geração devido à necessidade de acionamento de fontes de energia mais onerosas, como as usinas termoeletricas.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado pela

ANEEL em 2015 para indicar, aos consumidores, os custos da geração de energia no Brasil. Ele reflete o custo variável da produção de energia, considerando fatores como a disponibilidade de recursos hídricos, o avanço das fontes renováveis, bem como o acionamento de fontes de geração mais caras como as termelétricas.

Com as bandeiras, o consumidor ganha um papel mais

ativo na definição de sua conta de energia. Ao saber, por exemplo, que a bandeira está vermelha, o consumidor pode adaptar seu consumo para ajudar a reduzir o valor da conta.

Pela regra anterior, que previa o repasse reajustes tarifários anuais, o consumidor não tinha a informação de que a energia estava cara naquele momento e, portanto, não tinha um sinal para reagir a um preço mais alto.

Aperto monetário prejudica a indústria

Wilson Dias - Agência Brasil



Enquanto Agro salta 12,2%, indústria amarga recuo de 1%

A política monetária afetou no primeiro trimestre o desempenho da indústria de transformação e da construção, mas o bom desempenho da agropecuária ofuscou o alcance do aperto monetário. A avaliação é de Rebeca Palis, coordenadora de Contas Nacionais no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025 ante o quarto trimestre de 2024. Sob a ótica da oferta, o resultado foi impulsionado, sobretudo, pela agropecuária, que expandiu 12,2%. “Tem efeito em cadeia. Não dá para quantificar exatamente, mas é um setor primário, tem uma cadeia produtiva comprida lá para frente, ela influencia positivamente vários setores”, afirmou Rebeca.

Os Serviços, com alta de 0,3%, também contribuíram positivamente para o PIB do

primeiro trimestre, com destaque para o crescimento de 3,0% em Informação e comunicação, especialmente devido ao au-

mento de Internet e desenvolvimento de sistemas.

Por outro lado, a Indústria de transformação encolheu

1,0% no primeiro trimestre de 2025 ante o quarto trimestre de 2024, e a Construção caiu 0,8%. Como consequência, o PIB industrial recuou 0,1% no primeiro trimestre, afetado pela política monetária restritiva.

“As duas atividades que estão caindo mais em relação ao quarto trimestre são as duas maiores quedas, transformação e construção, as que têm maior peso no PIB da indústria. É pela política monetária restritiva. São as atividades econômicas que estão realmente mais impactadas pela política monetária mais restritiva”, frisou Palis.

As indústrias extrativas cresceram 2,1% no primeiro trimestre ante o quarto trimestre. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, porém, o resultado foi mais modesto, elevação de apenas 0,2%, devido a uma maior extração de petróleo e gás, mas queda no minério de ferro.

Despesas federais atingem R\$ 262,5 bi

As despesas de pessoal do Poder Executivo alcançaram um patamar de 17,7% da Receita Corrente Líquida (RCL) no 1º quadrimestre de 2025, totalizando R\$ 262,5 bilhões, redução de 0,5 ponto percentual (p.p) ante dezembro de 2024,(18,2% da RCL). Os dados constam no Relatório de Gestão Fiscal em Foco da União divulgado nesta sexta-feira (30), pelo Tesouro Nacional.

A despesa com pessoal no primeiro quadrimestre (1Q25) ficou abaixo do limite máximo da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para esse tipo de despesa (37,9% da RCL). A RCL acumulada nos 12 meses até abril foi de R\$ 1,486 trilhão.

Já a Dívida Consolidada Líquida (DCL) da União alcançou o patamar de 495% da RCL, totalizando R\$ 7,36 trilhões no ano. O resultado representa uma redução de 2

pp comparado ao fim de 2024. O limite de DCL sobre RCL para a União não foi definido pela LRF.

O relatório aponta ainda que, no 1º quadrimestre de 2025, o valor das garantias concedidas pela União totalizou R\$ 337 bilhões, o que representa uma redução de R\$ 18 bilhões em relação ao final de 2024 (R\$ 355 bilhões). Esse valor corresponde a 22,7% da Receita Corrente Líquida (RCL),

porcentual inferior ao limite de 60% da RCL estabelecido pelo Senado Federal para esse tipo de operação.

O Relatório de Gestão Fiscal em Foco da União, com análises gráficas, é trimestral e apresenta os comparativos com os limites de que trata a LRF para a despesa total com pessoal, dívida consolidada líquida, concessão de garantias, operações de crédito, restos a pagar e disponibilidade de caixa.